

DECOLONIALIDADE, CONTRACOLONIALIDADE E LINGUAGENS: UM DEBATE NECESSÁRIO

Eliana Vianna Brito Kozma

Miriam Bauab Puzzo

Rodolfo Meissner Rolando

Universidade de Taubaté - UNITAU

Resumo:

O presente artigo trata dos conceitos de colonialidade e contracolonialidade no contexto brasileiro atual, discutindo-os de modo a facilitar a prática desse novo enfoque no contexto escolar. Toma-se como referencial teórico obras de Santos (2019), Maldonado-Torres(2007), Freire(2022), Antonio Bispo dos Santos (2015), (2025). A partir da discussão teórica e de sua aplicação na prática pedagógica, analisa-se o romance *Úrsula*(2018) de Maria Firmina dos Reis e *Um defeito de cor* (2019) de Ana Maria Gonçalves, destacando as peculiaridades de cada obra em função de seu momento de produção e a importância da linguagem para a difusão da cultura africana e de seu conhecimento no processo educacional brasileiro, efetivado pelas vozes de mulheres afrodescendentes.

Palavras-chave: colonialidade; contracolonialidade; linguagem; literatura de mulheres afrodescendentes

DECOLONIALITY, COUNTERCOLONIALITY, AND LANGUAGES: A NECESSARY DEBATE

Abstract:

*This article addresses the concepts of coloniality and countercoloniality in the current Brazilian context, discussing them in order to facilitate the practice of this new approach in the school context. The theoretical framework draws on works by Santos (2019), Maldonado-Torres (2007), Freire (2022), and Antonio Bispo dos Santos (2015), (2025). Based on the theoretical discussion and its application in pedagogical practice, the novels *Úrsula* (2018) by Maria Firmina dos Reis and *Um defeito de cor* (2019) by Ana Maria Gonçalves are analyzed, highlighting the peculiarities of each work in relation to their moment of production and the importance of language for the dissemination of African culture and its knowledge in the Brazilian educational process, as realized through the voices of Afro-descendant women.*

Key-words: coloniality; countercoloniality; language, women afro-descendant literature

DECOLONIALIDAD, CONTRACOLONIALIDAD Y LENGUAS: UN DEBATE NECESARIO

Resumen:

Este artículo aborda los conceptos de colonialidad y contr colonialidad en el contexto brasileño actual, discutiéndolos para facilitar la práctica de este nuevo enfoque en el contexto escolar. El marco teórico se basa en obras de Santos (2019), Maldonado-Torres (2007), Freire (2022) y Antonio Bispo dos Santos (2015), (2025). Con base en la discusión teórica y su aplicación en la práctica pedagógica, se analizan las novelas Úrsula (2018) de Maria Firmina dos Reis y Um defeito de cor (2019) de Ana Maria Gonçalves, destacando las peculiaridades de cada obra en relación con su momento de producción y la importancia del lenguaje para la difusión de la cultura africana y su conocimiento en el proceso educativo brasileño, tal como se realiza a través de las voces de las mujeres afrodescendientes.

Palabras-clave: colonialidad; decolonialidad; lenguaje; voces de mujeres afrodescendientes

INTRODUÇÃO

O texto a seguir é fruto de uma mesa redonda, organizada pela profa. Dra. Eliana Vianna Brito Kozma, pela profa. Dra. Miriam Bauab Puzzo e pelo prof. Dr. Rodolfo Meissner Rolando, intitulada “Mesa redonda: Decolonialidade, contr colonialidade e linguagens: um debate necessário” realizada pelo PPGLA no 21º SePLA. Para a versão apresentada neste artigo, os professores fizeram ajustes pontuais no processo de transposição das falas da mesa para a presente organização escrita e, nesse movimento, algumas revisões/reorganizações foram realizadas, garantindo o rigor acadêmico-conceitual da discussão que segue. Ainda assim, os autores procuraram, intencionalmente, preservar, no texto a seguir, a mesma organização, as ideias centrais e o itinerário lógico da mesa propriamente dita e desejam que, neste novo enquadre do texto, mais pessoas (dessa vez, leitores) possam partilhar da discussão realizada.

Ao proporem para a mesa redonda do 21º SePLA – Seminário de pesquisas em Linguística Aplicada -, evento organizado pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté, o tema “Decolonialidade, contr colonialidade e linguagens: um debate necessário”, os participantes da mesa tiveram como objetivo delinear os caminhos pelos quais professores, pesquisadores e estudiosos da linguagem podem

colocar em prática conceitos teóricos tão em voga, mas, ao mesmo tempo, tão abstratos quando pensamos em sua efetiva utilização nos mais variados contextos sociais.

Desse modo, para fins de organização, este trabalho está dividido da seguinte forma: primeiramente, define e debate os conceitos de decolonialidade e contracoloniade, esmiuçando as relações desses construtos com a linguagem e a linguística aplicada; na sequência, discute a perspectiva contracolonial sobre a linguagem e a educação; por fim, relaciona as provocações teóricas feitas à autoria das escritoras afrodescendentes Maria Firmina dos Reis e Ana Maria Gonçalves.

1. Decolonialidade, contracolonialidade e linguística aplicada: concepções e intersecções

Primeiramente, a professora Dra. Eliana Vianna Brito Kozma, em sua fala intitulada “Decolonialidade, contracolonialidade e linguística aplicada: concepções e intersecções, questiona: O que é ser decolonial? E contracolonial? Qual sua relação com as linguagens? E com a Linguística Aplicada?

Para responder a essas questões, faz-se necessário explicitar a origem de alguns conceitos que, embora teóricos, vão dar consistência ao pensarmos em sua efetiva práxis.

A perspectiva decolonial surgiu no final do século XX com teóricos como Aníbal Quijano (2000), Walter Dignolo (2003) e Maria Lugones (2014) como uma crítica ao legado colonial e suas implicações. Trata-se de uma forma de questionamento da hegemonia eurocêntrica, que historicamente privilegiou o patriarcado, o homem branco, a cultura europeia, o monoteísmo. As heranças ou vestígios coloniais manifestam-se de várias maneiras na sociedade contemporânea, mas podem ser combatidos com ações afirmativas e de inclusão dos povos historicamente colonizados, resgatando outras formas de pensar, agir e fazer nas sociedades contemporâneas. Ou seja, a atuação decolonial configura-se como luta e resistência contra as colonialidades impostas aos grupos subalternos e contra o padrão de poder. Então, parte-se de uma perspectiva teórica por intermédio da construção de alternativas à modernidade eurocêntrica, tanto no seu projeto de civilização quanto em suas propostas epistêmicas.

Há, no entanto, desafios a serem vencidos, entre eles o reconhecimento da existência do epistemicídio – processo de invisibilização das contribuições culturais e sociais não

assimiladas pelo 'saber' ocidental – e a valorização dos saberes e das manifestações culturais das minorias invisibilizadas.

De que se trata, então, a postura decolonial? Trata-se da resistência à dominação epistêmica que também é, talvez, uma das mais significativas formas de colonizar. Vale ressaltar que a decolonialidade não se limita a criticar o passado, que tem sua legitimidade, mas apresenta uma proposta para o futuro. A decolonialidade não objetiva a exclusão dos conhecimentos e caminhos já produzidos pelo norte; antes, pretende lançar bases que reflitam formas de compreender e de conhecer do sul global (Santos, 2019).

Mas, como ocorre a virada decolonial? Ora, o movimento surge com o potencial de provocar deslocamentos teóricos e éticos radicais, pois preconizou, e ainda preconiza, a necessidade urgente de decolonizar o saber, o poder e o ser. Sabemos que a colonialidade não cessa de ser praticada e reiterada nas diferentes instâncias da vida cotidiana, no que Maldonado-Torres chama de experiência moderna do sujeito, por exemplo, “nos manuais de aprendizagem, nos critérios para um bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos” (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Embora não tenha focalizado a questão decolonial, Paulo Freire já trazia, no cerne de suas concepções, essa perspectiva contrária à colonialidade, pois, para ele, todo nosso aprendizado e toda nossa vivência se dá em comunhão. Ao propor uma educação dialógica, Freire nos apontava, com todas as letras, que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2022, p.95).

Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire nos coloca o seguinte questionamento, que tem uma íntima relação com a perspectiva decolonial:

Como posso dialogar, se parto de que a pronúncia do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sinal da sua deterioração que devo evitar? Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela? (Freire, 2022, p.111-112).

E a contracolonialidade? Esse termo, criado pelo quilombola, poeta e escritor Antonio Bispo dos Santos – Nego Bispo –, autor de “Colonização, quilombos: modos e significações” (2015), está centrado na prática e na vivência. Sabemos que a comunidade quilombola resistiu bravamente aos mandos e desmandos dos senhores de engenho, portanto, não foi colonizada; então, ser contracolonial é encontrar uma forma de defender territórios tradicionais, símbolos, significações e modos de vida.

Nego Bispo, em sua obra “A terra dá, a terra quer” (2023), critica o atual modelo perverso e ecocida, ou seja, responsável pela destruição massiva de parte ou da totalidade de um ecossistema, ao qual o Brasil e os demais países da América Latina se renderam completamente, em nome de um suposto desenvolvimento sustentável.

Para se contrapor a esse projeto de sociedade autodestrutiva, Nego Bispo propõe uma alternativa civilizatória cujos conceitos têm sua origem na oralidade dos povos ancestrais. Assim

para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, nós trouxemos a biointeração; para a coincidência, trouxemos a confluência; para o saber sintético, o saber orgânico; para o transporte, a transfluência; para o dinheiro (ou a troca), o compartilhamento; para a colonização, a contracolonização... e assim por diante (Santos, 2023, p.3-4)

Vale salientar que tanto a decolonialidade como a contracolonialidade têm funções importantes e um conceito não anula o outro.

Temos, então, um questionamento: É possível uma práxis de uma Linguística Aplicada na formação docente que, em diálogo com os enfoques decolonial e contracolonial, organize uma agenda de pesquisa e práticas de ensino de línguas comprometida com a justiça social?

Quem nos auxilia para responder a essa questão é Moita Lopes (2006) para quem a Linguística Aplicada (In)disciplinar possui uma agenda que se ocupa em:

criar inteligibilidades sobre a vida contemporânea ao produzir conhecimento e, ao mesmo tempo, colaborar para que se abram alternativas sociais com base nas e com as vozes dos que estão à margem: os pobres, os favelados, os negros, os indígenas, homens e mulheres homoeróticos, mulheres e homens em situação de dificuldades sociais e outros ((Moita Lopes, 2006, p.86)

Infelizmente, nos cursos de formação de professores, e mais particularmente nos cursos de Letras, ocorre a ausência de uma formação que contemple um compromisso com a justiça social (Santos, 2010; 2018) com população negra, indígena, LGBTQIAPN+, mulheres, pobres e outros grupos subalternizados, minorizados na cultura colonialista, ou seja, no dizer de Fanon (2022), os novos “condenados da terra” que ainda marcam o Brasil.

Tal problemática requer, no contexto escolar, nos mais variados níveis de escolaridade, o desenvolvimento de projetos de letramento, isto é, um trabalho efetivo com as práticas de linguagem a partir de gêneros catalisadores que, certamente, vão mobilizar todos os envolvidos nas aulas de leitura, produção textual escrita, análise linguística.

A título de exemplificação, podemos mencionar as tirinhas com o personagem Armandinho, criado pelo cartunista Alexandre Becker, cuja temática é uma denúncia, um alerta sobre questões relativas a preconceito, racismo, abuso de poder, conforme ilustra a figura abaixo:



Figura 1- Tirinha Armandinho

Fonte: Disponível em: <<https://tirasarmandinho.tumblr.com/>>. Acesso em: 12 outubro 2025

Obras de Conceição Evaristo tais como *Olhos d'água*, *Ponciá Vicêncio*, entre outras, abordam a saga da mulher negra numa sociedade fundamentalmente racista e misógina; portanto, são leituras que possibilitam uma visão crítica acerca da sociedade, numa perspectiva decolonial.

Jefferson Tenório nos brinda com a obra *O Averso da Pele*, censurada em escolas de três estados do Brasil, também pode fazer parte dos projetos de letramento, bem como notícias online que trataram da polêmica em torno do conteúdo do romance. A promoção de debates acerca das diferentes visões acerca do enredo de *O Averso da Pele* evidencia uma perspectiva decolonial nas aulas de leitura e produção textual.



Figura 2- Notícia

Fonte: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/03/08/> Acesso: 12 outubro 2025

Os projetos de letramento podem envolver outros gêneros verbo-visuais tais como videocliques, filmes, além de letras de música, sempre a partir das características do contexto escolar em que os projetos estão sendo trabalhados.

Finalizando, sem colocar um ponto final, retomamos aqui as palavras de Ailton Krenak:

Já caímos em diferentes escalas e em diferentes lugares do mundo. Mas temos muito medo do que vai acontecer quando a gente cair. Sentimos insegurança, uma paranoia da queda porque as outras possibilidades que se abrem exigem implodir essa casa que herdamos, que confortavelmente carregamos em grande estilo, mas passamos o tempo inteiro morrendo de medo. Então talvez o que a gente tenha que fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos.” (Krenak, 2019, p.62-63)

Então, parafraseando o compositor Lô Borges, partimos do princípio de que “os sonhos não envelhecem” e, por esse motivo, durante o processo formativo de nossos alunos, vamos fabricar paraquedas coloridos e divertidos que não só amenizem possíveis quedas, mas também possibilitem a construção de um pensamento crítico, criativo, de modo a ampliar sua visão decolonial e contracolonial.

2. Provocações contracoloniais a respeito da linguagem, da afetividade e da educação

Dando sequência à mesa, o professor Dr. Rodolfo Meissner Rolando, em sua fala intitulada “Provocações contracoloniais a respeito da linguagem, da afetividade e da educação”, procurou estabelecer reflexões sobre o pensamento contracolonial na produção de novos modos de pensar, sentir e agir dos sujeitos.

Para compreender mais apuradamente esta questão, vale retomar as proposições provocativas e contracoloniais do ativista Antônio Bispo dos Santos (o Nêgo Bispo), autor já destacado aqui pela professora Eliana.

O pensador e ativista político quilombola Nêgo Bispo instaura, por meio de suas reflexões contracoloniais, possibilidades de confrontar as violências impositivas da colonialidade. Cabe, nesse sentido, refletir mais apuradamente acerca do uso da escolha

lexical “contracolonial” como demarcação linguístico-discursiva responsável por assinalar que, na história brasileira, tal como os quilombolas, sempre houve resistência aos ditames coloniais. Para estes grupos, por exemplo, como argumenta Bispo (2023), não se trata de “des” ou “de” colonizar, mas de uma longa história de luta e enfrentamento, contracolonizando os quebrantos do colonialismo-colonialidade.

Nas palavras do pensador quilombola, “o contracolonialismo [...] é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo.” (Santos, 2023, p. 58). Para construir esse contra-ataque, Bispo vale-se da linguagem e de modos de habitar o território como ferramenta de luta, organizando uma cosmologia contra-hegemônica. Ele argumenta que “trouxemos a palavra contracolonialismo para enfraquecer o colonialismo. Já que o referencial de um extremo é o outro, tomamos o próprio colonialismo. Criamos um antídoto” (Santos, 2023, p. 59)

Nessa mesma direção, Nêgo Bispo (2023) narra sua experiência com adestramento de bois na infância, criando uma analogia potente para compreendermos melhor o conceito de contracolonização. Conforme o autor, o processo de adestramento e colonização se assemelham, pois ambos iniciam desterritorializando o sujeito atacado, violentando a sua identidade, afastando-o de sua cosmovisão, desvinculando-o de seus lugares sagrados, invadindo sua linguagem, impondo-lhe novas denominações. Esse movimento perverso de renomeação busca apagar/mutilar as subjetividades e memórias para que outra nomeação, erigida na visão de mundo colonial, possa ser construída.

Nessa perspectiva, a proposta contracolonial de Bispo dos Santos convoca ao enfrentamento crítico-criativo do sistema colonial-neoliberal-predatório, ancorando novas possibilidades de compreensão da relação humano-natureza. Como exemplo, vale mencionar que Bispo compreende a cidade como um território artificial e arquitetado por e para humanos, não só apartado como contrário à natureza, um terreno antívida. Em oposição a esse enquadre mortificador, o autor rememora sua infância no quilombo e os modos de habitar a terra, onde todos tinham e sabiam construir suas próprias casas, compartilhavam alimentos e viviam políticas de “envolvimento” com a vida, a natureza e a coletividade, em oposição ao ideário de “desenvolvimento”, tão caro ao modelo neoliberal. A fim de entendermos melhor as provocações de Bispo, vale ecoar a magia das suas próprias palavras:

Apesar de serem criaturas da natureza, os humanistas se descolam da natureza e se tornam criadores. Daí sua necessidade de sintetizar o orgânico, de chamar todas as formas de vida de matéria prima. Essa matéria-prima passa a ser um objeto a ser melhorado, beneficiados e sintetizado pelos humanos. Eles se sentem os donos da inteligência, se sentem o próprio deus – o deus da lógica da verticalidade, na lógica do poder, da interferência na vida alheia e da manipulação (Santos, 2023, p. 30).

Em direção semelhante, sobretudo na crítica às lógicas abusivas que sustentam a captura neoliberal da subjetividade humana, vale dialogar também com as provocações da ativista Guarani Geni Núñez, que questiona as formas hegemônicas de compreensão da afetividade, o que contribui para pensar também a complexidade e potencialidade humana para experimentar diversas formas de amor e de cuidado. Isso porque, em sua desconstrução contracolonial sobre a temática afetiva, Núñez (2023) afirma que, na colonialidade monogâmica, predomina uma perspectiva individualista e reificadora a respeito das relações afetivas, depositando, na companhia erótico-romântico-sexual, a responsabilidade exclusiva de cuidado e de apoio amoroso. Assim, os laços comunitários e grupais – marca dos povos indígenas, que vivem o cuidado de uns com os outros como uma responsabilidade coletiva – são apagados e, desse modo, a violência colonial atinge múltiplas esferas da vida, desde a exploração das terras, matança dos rios, extinção de múltiplas espécies até à exploração do território-corpo, da sexualidade, e das interdições de cuidado com o outro e com a vida.

Ao encontro desses pressupostos, Nuñez (2023) denomina esse processo como sistema de monoculturas, que se organiza em alguns eixos como a monocultura da fé (no monoteísmo cristão), a monocultura dos afetos (na monogamia) e a monocultura da sexualidade (no monossexismo). Em outras palavras, nessas monoculturas, um dos eixos centrais é o pressuposto da não concomitância: só um deus seria verdadeiro, só um amor seria legítimo, apenas uma sexualidade seria escolhida. Nesse enquadre, a autora aponta que, em sociedades que centralizam a existência em torno do modelo das monoculturas, as relações são vivenciadas em uma perspectiva individualista, competitiva e hierárquica, negligenciado a responsabilidade afetiva pelo coletivo.

Nesse momento, cabe contextualizar melhor o uso que Núñez (2023) faz do termo “contracolonial”. De acordo com a pesquisadora, “[...] a contracolônização não almeja uma outra forma de colonizar, mas sim a construção coletiva de um horizonte político em que todos os seres, humanos ou não, tenham direito a viver com dignidade em sua diversidade e multiplicidade” (Núñez, 2023a, p. 7). A autora Guarani pensa o processo de contracolônização

sob a perspectiva do acolhimento das vulnerabilidades humanas, enquanto um processo coletivo, não individual. Além disso, pensa também esse processo como enfrentamento das injustiças e reparação histórica aos racializados como não brancos ou aos sujeitos gênero-dissidentes e, como enfrentamento dessas exclusões, propõe circular cuidados, percebendo a interdependência afetiva como uma questão central.

Esse é um traço marcante no pensamento de Núñez: a tentativa de contracolonizar os afetos por meio do comprometimento com todos os seres, abrangendo todas as relações possíveis como parte da celebração da vida. “[...] A vida é um laço de interdependências, e, para que seus fluxos se movimentem de maneira saudável, é necessário que o cuidado seja reparador” (Núñez, 2023b, p. 116). Ou seja, é necessário cuidado, partilha, cultivo dos afetos. Os povos originários convivem e cultivam relações de respeito com a diversidade da floresta onde encontram saúde. Por isso, a autora fala em amores potáveis e em reflorestamento do imaginário, em que é preciso movimentar nossos sentimentos para que as ideias fixas se tornem fluidas, aprendendo, com a multiplicidade da floresta, a interdependência que marca a vida, afastando-se do individualismo perpetrado pelo pensamento colonial.

Essas provocações contracoloniais, ancoradas nas raízes ofertadas por Bispo e Núñez, dão suporte crítico-criativo para (re)pensar as relações contemporâneas, pois assinalam, no movimento de reflexão-ação que engendra, possibilidades de questionar o enquadre colonial que vem, há séculos, violentando a convivência humana.

3. Recepção e valoração de autoria de mulheres afrodescendentes: Maria Firmina dos Reis e Ana Maria Gonçalves

Após a fala do professor Rodolfo, a professora Dra. Miriam Bauab Puzzo finalizou as reflexões propostas na mesa e, por meio de sua apresentação intitulada “Recepção e valoração de autoria de mulheres afrodescendentes: Maria Firmina dos Reis e Ana Maria Gonçalves”, teceu importantes considerações a respeito do tema posto em debate na mesa e a literatura.

Nessa direção, a professora Miriam destacou que as mulheres escritoras no Brasil têm uma história limitada pela forma como o patriarcado estabeleceu a diferença de funções sociais em relação aos gêneros, ou seja, aos homens cabia a prioridade pela manutenção

da família e a autoridade decisória de todas as ações relativas ao contexto social e familiar. Às mulheres, dependentes dessa forma de poder, cabia a procriação, a educação dos filhos e as atividades domésticas inerentes ao bem-estar familiar. Sob esse aspecto, a educação feminina ficou limitada à autorização do patriarca para sua alfabetização e produção literária. Esse processo, ainda que limitador, possibilitou a atividade literária excepcional de algumas mulheres, no século XIX, quando foram criadas as escolas primárias, possibilitando a algumas delas o exercício da escrita. Embora, muitas vezes silenciadas, algumas mulheres destacaram-se.

Entretanto na produção de obra literária que tratasse da discriminação social tanto dos gêneros, quanto da situação de negros escravizados, destaca-se o romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis. Descendente de pai negro, criada pela mãe e por uma tia abastada, consegue frequentar a escola, se formar e exercer o magistério. Rompeu, portanto, o silenciamento a que se submeteram as mulheres em geral. Embora a obra tenha sido publicada, conhecida e valorizada em São Luís do Maranhão, ficou restrita ao conhecimento da comunidade letrada da Academia de Letras local. Seu romance, descoberto casualmente em 1970, abandonado num sebo, tornou-se objeto de admiração. Como sua autora, Firmina ficou conhecida como uma das raras mulheres que trataram de questões referentes ao contexto da escravidão e da discriminação social perpetrada pela colonização europeia. Republicada sua obra na década de 70, Maria Firmina tornou-se conhecida como a primeira afrodescendente escritora no Brasil. Sua narrativa produzida no período do Romantismo, apresenta características literárias da época, entre elas o sentimentalismo, o drama trágico do amor romântico entre *Úrsula* e *Tancredo*, inviabilizado pela força bruta de um ser possessivo e autoritário como o Comendador. Ao lado do conflito amoroso, a narradora apresenta, numa narrativa paralela, os problemas sociais, tratando do sofrimento vivido pelos escravos a serviço dos fazendeiros escravocratas e autoritários. Expõe, desse modo, o sistema patriarcal caracterizado pela prepotência e pela discriminação.

A narrativa em 3ª pessoa pela voz da narradora evidencia um ponto de vista exterior, expressando um posicionamento afetivo e valorado em relação às personagens, próprio do Romantismo da época. Assim, *Susana* e *Túlio*, pela avaliação da narradora, são caracterizados como servidores fiéis e generosos, a serviço de seus senhores. Os trechos a seguir exemplificam o tom valorativo romântico da descrição da narradora: “Assim é que o

triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperança e sem gozos!” (Reis, 2018, p.54).

Ao descrever Susana, a narradora procura salientar seu papel de pessoa amorosa ao assumir a função da mãe ausente de Túlio: “E aí havia uma mulher escrava, e negra no coração como ele; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade lisonjeira e feliz, única na vida do homem que se grava no coração com caracteres de amor ...” (Reis, 2018, p.18).

Ambos desempenham papel exemplar como defensores leais dos jovens apaixonados, vítimas da violência e do autoritarismo do Comendador. A autora enfatiza em sua descrição a bondade, a fidelidade e a subserviência dos escravizados que perdem a vida ao desafiar a autoridade, descumprindo as ordens do senhor Comendador. A descrição do ambiente e das personagens segue a formalidade expressiva da linguagem, sem coloquialismo ou peculiaridades da cultura popular ou da cultura dos escravizados.

Portanto, a narrativa mantém as características românticas da época, mas toca em questões sociais importantes como forma de conhecimento de um contexto silenciado, cujo tratamento aos poucos vai sendo revelado.

Tal peculiaridade de produção autoral feminina ainda no século XIX, descoberta recentemente de modo casual e explorada nas pesquisas da universidade Federal do Rio de Janeiro, foi valorizada pelo seu ineditismo. Sua divulgação abriu espaço para discussão dos temas relacionados à discriminação social dos descendentes de escravos e do preconceito referente à produção literária feminina. Em virtude dessa valorização da cultura e da história silenciada dos escravos, a geração de afrodescendentes do século XX procura resgatar a história e os valores culturais, encobertos durante esse período, pela predominância da cultura colonizadora ocidental.

Dessa forma, surgem escritoras afrodescendentes que se revelam porta-vozes das gerações escravizadas, relatando o sofrimento e a discriminação social que ainda perdura como resquício da escravização. Assim, essa geração alfabetizada, formada nas universidades em virtude das cotas sociais, torna-se porta-voz das agruras, sofrimentos e abusos sofridos pelos seres escravizados no período colonial dos quais torna-se descendente. Nesse contexto contemporâneo surgem escritoras afrodescendentes exemplares, como a mineira Conceição Evaristo. Nascida na década de 1940, faz soar em seus poemas a voz, por tanto tempo sufocada, de uma mulher cujo sofrimento expressa a dor

coletiva de toda uma comunidade silenciada. Como afirma Wagner Amaro, editor da Malê, responsável pela publicação e apresentação do livro *Poemas da recordação e outros movimentos* (2021): “Conceição poetiza com muitas, mas o faz a partir de uma experiência, ainda e infelizmente, pouco comum para os que iniciam a vida nas classes sociais menos favorecidas: a mobilidade para condições de vida mais justas”

Seguindo essa tendência, Ryane Leão destaca-se como autora de poemas escritos que se concretizaram a partir de sua publicação no Instagram e no Facebook denominados instapoemas, na página Onde Jazz Meu Coração, no Facebook. De acordo com o comentário no *Blog Nanu*, “Ryane Leão expõe em palavras sua alma e seus anseios, suas reflexões e sonhos, de menina e de mulher, numa poesia digna de voz de consciência, de quem sabe o que quer e onde quer chegar, confiante do chão que pisa e do caminho que trilha.” (<https://nanu.blog.br/poesia-no-nanu-ryaneleao/> acesso em 07 out. 2024). As coletâneas *Tudo nela brilha e arde* (2017) e *Jamais peço desculpas por me derramar: poemas de temporal e mansidão* (2019) resultam de sua produção digital.

Nesse cenário produtivo e empoderado das escritoras afrodescendentes, destaca-se o romance de Ana Maria Gonçalves *Um defeito de cor* (2019). O romance resulta de um trabalho intensivo de pesquisa a respeito da Rebelião dos Malês, ocorrida na Bahia em 24 de janeiro de 1835. O enredo gira em torno da personagem Kehinde, responsável pela narrativa. Kehinde é uma escrava liberta cuja história remonta à sua infância na África. Raptada pelos caçadores de escravos, subjugada junto com a avó e sua irmã, parte em direção ao Brasil, perdendo as duas que faleceram nos porões do navio durante a viagem. Kehinde é vendida a um fazendeiro rico que a deflora e, em consequência, um filho é gerado e posteriormente levado para África. Todo o romance gira em torno do desejo de Kehinde de encontrar esse filho. Sua luta pela alforria, sua libertação e sua afirmação como um ser humano empreendedor e solidário têm sempre como objetivo central um possível encontro com esse filho ainda em paradeiro ignorado.

A narrativa pessoal da personagem apresenta histórias paralelas de sujeitos escravizados, dos sofrimentos enfrentados e compartilhados coletivamente. As culturas se misturam de modo integrado, incorporando muitas das expressões e dos rituais próprios da cultura africana trazida pelos escravos. Pela perspectiva subjetiva de narrador em 1ª pessoa, a personagem expressa valores e costumes em confronto com a cultura portuguesa do período colonial. Explora de modo integrado o sincretismo religioso, apelando tanto à cultura

dos rituais africanos, quanto às outras formas de religiosidade como a islâmica ou a católica, dependendo do contexto e das necessidades imediatas. Insere em seu discurso de modo muito pertinente as cerimônias e os rituais do candomblé. Também contesta as normas religiosas do catolicismo, proibindo a participação de pessoas negras nas ordens religiosas, como o caso exemplar de sua amiga Geninha, na África, candidata ao exercício religioso:

Quando eu soube que a Geninha também estava recebendo tratamento inferior ao das missionárias francesas, resolvi interferir... O padre Bouché muito me decepcionou ao defender que os missionários selvagens não precisavam receber enxoval e alimentação iguais aos dos europeus. (Gonçalves, 2019, p. 922)

Evidencia, desse modo, seu caráter eclético e sua atuação concreta em situações problemáticas como a rebelião do Malês da qual participa, solidarizando-se com o movimento e apoiando estrategicamente os revoltosos.

O romance em primeira pessoa, colocando a ex-escrava como autora, demonstra o empoderamento da mulher negra cuja vida de adversidades vencidas revela sua força, coragem e empreendedorismo nas ações, procurando driblar as situações negativas nas quais se vê enredada. Nesse movimento produtivo, consegue comprar sua alforria, monta um comércio empregando os ex-escravos, participa de reuniões e ações em direção à libertação dos negros. Depois de tantos casos amorosos com seus algozes, consegue casar-se com um fazendeiro africano que lhe dá condições financeiras para sobrevivência e, após sua morte, gerencia os bens do marido, administra a fazenda na África e estabelece o comércio com o Brasil, aproveitando a possibilidade de atuar junto aos escravizados e alforriados brasileiros.

Diferentemente da visão romântica e ainda atrelada a concepções sentimentais que afloram na narrativa de Firmina, ao dar voz à personagem como narradora, a autora permite que a cultura negra seja evidenciada de modo mais convincente e concreto, com o emprego de palavras típicas dessa cultura, assim como os costumes, as crenças e os valores vivenciados pela personagem em primeira pessoa.

O romance ganha força pela exploração abrangente do contexto social da época, evidenciando os conflitos existenciais da personagem e sua atuação efetiva, com o objetivo concreto de superação das dificuldades e do sofrimento enfrentado em seu percurso vital: o sequestro de sua infância e de suas origens, a perda dos familiares e a sujeição imposta pelos senhores fazendeiros e suas mulheres. A superação das dificuldades, o casamento bem-sucedido com John, o desempenho financeiro e social demonstram o empoderamento da personagem.

À guisa de conclusão, a partir da concepção de gênero discursivo na perspectiva bakhtiniana é possível entender o romance em sua forma arquitetônica, como discute Rojo-Melo(2017) a partir das relações dialógicas estabelecidas entre enunciador, público e contexto social. Os dois romances apresentam estilos de narrativas diferenciadas em função desse movimento triádico e de seu deslocamento espaciotemporal. *Úrsula* é um romance destinado a um público restrito de leitores, ainda imersos no sentimentalismo romântico, e em valores morais e religiosos mais rígidos. Entretanto a autora procura despertar no público um olhar mais empático em relação aos negros, enfatizando valores morais e sentimentais próprios da época. O romance de Maria Firmina, reavaliado na atualidade pelos pesquisadores, destina-se a um público novo com outras expectativas, estimulando novas formas de interpretação e avaliação.

Um defeito de cor apresenta um novo enfoque, a narrativa em primeira pessoa coloca a personagem em contato direto com o leitor, criando uma relação mais íntima e mais próxima, com maior empatia de modo a receber as diferenças culturais como positivas pela força narrativa da personagem que desafia, enfrenta e vence as barreiras que se apresentam, tornando-a uma figura desafiadora.

Em relação ao conceito de arquitetônica, como comenta Rojo e Melo (2017), considerando o gênero discursivo em suas várias formas de manifestação, observa-se que as relações entre a criação autoral, em sua visão exotópica da personagem, o público e o contexto social com o qual a autora dialoga, expressa um posicionamento valorativo de modo indireto. Estabelece relação com o público leitor atual e com o contexto mais livre, de modo a despertar empatia por essa personagem desafiadora e empoderada

As duas obras inauguram um movimento progressivo em ascensão. Firmina narra, em paralelo ao relato central, o destino trágico dos escravos submetidos às ordens violentas de seus senhores aos quais devem obediência cega. Como afirma Mbembe (2018, p.29), “...há bem pouco tempo, a ordem do mundo fundava-se num dualismo inaugural que encontrava parte de suas justificativas no velho mito pautado pelo mito da superioridade racial.”. O romance escrito por Firmina no século XIX, pautado pelo amor do par romântico, *Úrsula* e Tancredo, apresenta, como tema paralelo, a vida dos escravos, ainda de um ponto de vista romântico, mas demonstrando as ações violentas enfrentadas naquele contexto. O livro representa o início de um movimento que foi sendo desenvolvido como espaço literário de produção das autoras afrodescendentes. Sob esse aspecto, o romance de Ana Maria

Gonçalves no século XXI, decorrente desse processo, propiciou um conhecimento mais próximo da vivência concreta do contexto escravocrata, relatando os conflitos, os desmandos e a exploração sexual imposta como prova de subserviência.

Dessa forma, os conflitos relatados na obra *Úrsula*, apresentados pela narradora, que se coloca como observadora empática com o sofrimento dos escravos na obra, sinaliza o início de um processo que aos poucos foi se consolidando pelas formas de atuação dos seus descendentes, abrindo espaços participativos em setores antes a eles restritos: política, cultura, pesquisas, saúde. A produção literária, agora concretizada por mulheres como poetisas e romancistas, procura evidenciar uma realidade pouco explorada na literatura. Como consequência, esse aflorar produtivo e empoderado das afrodescendentes na atualidade quebra o silenciamento passado, expondo uma cultura pouco conhecida, apesar de cultivada pelos afrodescendentes, com o intuito de torná-la familiar aos olhos da população, impedindo sua discriminação. A literatura produzida por essa nova geração tem valor afirmativo importante no contexto atual brasileiro. Portanto, por meio da obra literária, é possível minimizar o estranhamento cultural, diminuindo a distância entre as diversas etnias, propiciando a compreensão e a aceitação das diferentes formas de atuação e expressão cultural no contexto social brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão dos conceitos de colonialidade e contracolonialidade como formas de tratamento dos africanos escravizados e de seus descendentes com o intuito de propor novo modo de concepção da linguagem e da cultura por meio das autoras afrodescendentes em cujas obras emergem concepções sociais, culturais, religiosas e artísticas, espera-se propiciar a leitura e a discussão de obras que explicitam na linguagem novas formas de vivenciar as experiências vitais de povos de outras culturas. As provocações contracoloniais, ancoradas nas raízes ofertadas por Bispo e Núñez, dão suporte crítico-criativo para (re)pensar as relações contemporâneas, pois assinalam, no movimento de reflexão-ação que engendra, possibilidades de questionar o enquadre colonial que vem, há séculos, violentando a convivência humana. As obras literárias produzidas por mulheres afrodescendentes discutidas nesta instância podem inspirar novos modos de interpretação cultural do processo de colonização/colonialidade, propiciando um movimento solidário de transformação, convivência e partilha no contexto social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thiago. Nelson Maldonado-torres e a analítica da colonialidade e da decolonialidade. **Debates Pós Coloniais e Decoloniais**, 27 nov 2022. Disponível em: <https://decoloniais.com/nelson-maldonado-torres-e-a-analitica-da-colonialidade-e-da-decolonialidade/> Acesso em: 20 out 2025.

BAKHTIN, Mikhail. **Gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov, São Paulo: Editora 34, 2016 [1952-1953].

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance III: O romance como gênero literário**. Tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Organização da edição russa Serguei Botcharov, São Paulo: Editora 34, 2019 [1941].

CADILHE, Alexandre José. Fabricando paraquedas coloridos: Linguística Aplicada, decolonialidade e formação de professores. **Raído**, Dourados, MS, v. 14 | n. 36, p. 56 – 79, set/dez 2020.

EVARISTO, Conceição. **Poemas de recordação e outros movimentos**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Malê, 2021.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro, Zahar, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 83. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 20ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo: Record Editora, 2019.

LEÃO, Ryane. **Jamais peço desculpas por me derramar: poemas de temporal e mansidão**. 8ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas** Florianópolis, SC, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577> Acesso em 15/09/2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula rasa**, n. 9, p. 61-72, 2008.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento, 2ª edição/reimpressão setembro, @N-1 edições, 2024.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MOITA LOPES, Luís Paulo. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

NÚÑEZ, Geny **Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Estabelecimento do texto e introdução Maria Helena Pereira Toledo Machado. Cronologia de Flávio dos Santos Gomes. 1ª edição, São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

ROJO, Roxane.; MELO, Rosineide. Letramentos contemporâneos e arquitetônica Bakhtiniana. **Delta**, 33.4, 2017, 1271-1279. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/H88dchtjGDDChFbzyXJNsF/abstract/?lang=pt> Acesso em 31/01/2026.

SANTOS, Antonio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI Universidade de Brasília – UnB, 2015.

SANTOS, Antonio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. de S. & MENESES, M.P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Na oficina do sociólogo artesão: aulas de 2011-2016**. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 1 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Eliana Vianna Brito KOZMA

Graduada em Letras pela Universidade Braz Cubas, graduada em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul; Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professor assistente doutor da Universidade de Taubaté e editora da revista online Caminhos em Linguística Aplicada. Faz parte do Conselho Editorial da Revista de Extensão da UNITAU e é parecerista Ad hoc da revista Bakhtiniana. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Ensino de Língua Materna.

Miriam Bauab PUZZO

Possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Preto (1967), graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Paraíba (1973), mestrado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (1997), doutorado em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo (2004) e pós-doutorado em Linguística na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008) pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Atualmente é professora aposentada da graduação na Universidade de Taubaté, é professora do Programa de Mestrado em Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente

nos seguintes temas: linguística, literatura brasileira, jornalismo e publicidade. Integra grupos de pesquisa do CNPQ: Estudos Bakhtinianos (ANPOLL); Linguagem, discurso e ensino (USP); As relações dialógicas entre enunciadores e contexto social e as transformações genéricas em diversas esferas de produção, recepção e circulação dos gêneros discursivos. Grupo de estudos Decoloniais (UNITAU). É associada ao GEL, ALED, ALFAL, JADIS/CIED, SEDIAR, ALAB.

Rodolfo Meissner ROLANDO

Possui mestrado em Linguística Aplicada (2015) pela Universidade de Taubaté e doutorado (2018) em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Além disso, concluiu, em 2021, pós-doutorado em Educação Científica pela Faculdade de Engenharia e Ciências de Guaratinguetá UNESP. É licenciado em Letras, Pedagogia e Filosofia. No momento, é professor do programa de Mestrado em Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté (UNITAU) e também atua como professor, coordenador pedagógico e supervisor na Educação Básica. As suas pesquisas envolvem, principalmente, os seguintes temas: ensino-aprendizagem de línguas e de literatura, contracolonialidade, relações entre linguagem, educação e transformação social.

Recebido em: 30. jan.2026

Aprovado em: 10.fev.2026